

O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo

António Gomes Ferreira

Resumo:

O trabalho traça considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física na escola portuguesa, privilegiando o seu desenvolvimento durante a ditadura do Estado Novo de Oliveira Salazar (1932-1968). Localizando no movimento ginástico europeu os primórdios da implantação daquela disciplina nas escolas portuguesas, ainda nos finais do séc. XIX, avança na tentativa de compreender as diversas fases que marcaram a sua institucionalização. Aponta as preocupações do Estado com o engendramento da Educação Física, indicando a sua apropriação pelas forças conservadoras a partir dos anos 30 do século XX. Ao perspectivar o desenvolvimento histórico daquela disciplina, conclui que os anos iniciais da década de 1970 representaram um momento de transição, no qual as velhas formas de pensar e praticar a Educação Física nas escolas sofria a influência modernizadora de outras tendências, mais notadamente, a psicomotricidade, o esporte para todos e o ensino do esporte como conteúdo escolar.

Palavras-chave:

Educação física-Estudo e ensino. Educação física-História. Educação física-Portugal.

1 Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Investigador do Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra.

Introdução

Como em muitos outros aspectos relacionados com a educação, durante muito tempo, o ensino da Educação Física pouco mais conseguiu em Portugal que discursos bem intencionados e medidas legislativas sem grande alcance prático. Embora sejam conhecidos vários estabelecimentos escolares com aulas de Educação Física já no século XIX, a afirmação desta área curricular em Portugal não acontece antes de meados do século XX. Do nosso ponto de vista, ela afirma-se e consolida-se num período político designado por Estado Novo, que abrange mais de quatro dezenas de anos, constituindo um importante pilar da estratégia educativa do regime ditatorial. Todavia, a longa vigência da ditadura possibilita-nos perspectivar a afirmação do ensino da Educação Física em Portugal a partir das concepções pedagógicas existentes nos primeiros anos do regime e como esse ensino se encontrava nos últimos anos do mesmo, quando pressões económicas e políticas internacionais e novas concepções pedagógicas começavam a desenhar novos caminhos. Deste modo, podemos ver como a discussão de ideias transnacionais interage com as características particulares da situação política do país e de como estas podem ser mais receptivas ou mais resistentes a concepções pedagógicas provenientes do exterior. Adverte-se, no entanto, que o trabalho não visa proceder a uma análise exaustiva da Educação Física em Portugal, mas tão só lançar uma compreensão sobre a afirmação duma área de ensino num período político muito definido, deixando os elementos necessários para se reconhecer os traços mais relevantes duma pedagogia que se afirmava ou desagregava.

Ao longo do trabalho facilmente se reconhecerá a proveniência da informação utilizada. De qualquer modo, podemos, desde já, sublinhar que a nossa compreensão da situação do ensino da Educação Física no espaço e período considerado resultou do cruzamento de fontes impressas, algumas delas constituídas por publicações de autores que foram protagonistas em algum dos momentos que pretendemos destacar, mas também necessariamente por documentos oficiais produzidos pelo governo do país ou por algum dos seus organismos, com fontes orais, constituídas por entrevistas a professores que leccionaram a disciplina nos finais dos anos 60 e em princípios da década seguinte, em algum dos estabelecimentos do ensino pós-primário existentes em Portugal. Sendo as fontes o que são, elas foram, no entanto, adequadas a uma interpelação que procurou

elucidar sobre o que se havia pretendido com o Ensino da Educação Física no Estado Novo e o como ele se encontrava ao fim de mais de um quarto de século de vigência, como era o nosso principal objectivo. Pareceu-nos ainda conveniente integrar a compreensão que buscámos num quadro histórico mais vasto, quer deixando elementos que permitissem uma leitura da evolução dos primórdios do ensino da Educação Física em Portugal, quer contextualizando política e pedagogicamente a situação que nos foi dada a ver nas fontes consultadas.

O arranque

Olhando a partir de Portugal, encontramos já preocupações com o desenvolvimento do corpo em diversas instituições educativas dos séculos XVII e XVIII. Nos estabelecimentos escolares destinados aos filhos das famílias privilegiadas, os planos de estudo contemplavam exercícios como a esgrima, a dança e a picaria, actividades físicas entendidas como adequadas à aristocracia e que, por isso, tenderam a ser cada vez mais oferecidas em colégios destinados aos mais abastados (FERREIRA, 2000; CRESPO, 1991).

Pela época em que se afirmavam os sistemas ginásticos europeus mais conhecidos, Portugal enfrentava grandes problemas políticos, uns decorrentes da crise aberta pelas invasões napoleónicas, outros, após a revolução de 1820, relacionados com as dificuldades da instalação de um regime liberal e principalmente decorrentes da guerra civil, que opôs absolutistas e liberais. Não admira, por isso, que, somente a partir do segundo terço do século XIX, algumas iniciativas testemunhem a vontade de uns poucos em lançar as sementes duma Educação Física influenciada pelas novas concepções dos exercícios corporais que então se afirmavam na Europa (FERREIRA, 1999). No último quarto de século, já a Educação Física apresentava alguma importância no panorama sócio-cultural português, havendo um número razoável de estabelecimentos educativos públicos e particulares que promoviam a prática da ginástica, verificando-se a vontade das entidades políticas em promover a educação física nas escolas, aumentando as publicações que abordavam a problemática, criando-se ginásios e clubes, crescendo os praticantes e os adeptos (ESTRELA, 1972; FERREIRA, 1997).

Apesar do reconhecimento da importância da Educação Física e da relativa expansão da sua prática, somente no século XX os governos portugueses apostaram na sua institucionalização, tendo em vista tanto a sua

generalização quanto o seu controlo. Ao decretar a obrigatoriedade da Educação Física nos liceus (ensino secundário), no início do século, o ministro Eduardo Coelho apontava o caminho e enunciava um propósito muito ao gosto da época e tantas vezes presente nos discursos político-pedagógicos proferidos ao longo das décadas seguintes: a disciplina de Educação Física devia proporcionar o desenvolvimento físico e moral do indivíduo (ESTRELA, 1973).

Com a implantação do regime republicano, em 1910, a ideia renovava-se e a vontade de generalizar o ensino da Educação Física surgia bem evidente em dois documentos legislativos publicados poucos meses depois da alteração política. Um, o decreto de Março de 1911, que contemplava a reforma da Instrução Primária e Normal, estabelecia o tipo de exercícios físicos que deviam ser efectuados nos diferentes graus do ensino primário e estipulava uma formação neste domínio para os professores e professoras que frequentassem a Escola Primária Normal; outro, publicado poucas semanas depois, criava duas Escolas de Educação Física, anexas às Universidades de Lisboa e de Coimbra, com o objectivo de divulgar a ciência da especialidade e de formar professores de Educação Física. Na verdade, neste como em outros domínios, as boas intenções dos republicanos não tiveram a concretização desejada. A falência do projecto e as necessidades de formação dos que se dedicavam ao ensino da Educação Física justificariam que Luís Furtado Coelho tivesse organizado, em 1914, um curso, com a duração de três meses, orientado por um professor sueco, diplomado pelo Instituto de Ginástica de Estocolmo (CRESPO, 1991). O promotor desta iniciativa acabou, no entanto, bastante desiludido porque viu desenvolver-se uma intensa campanha na imprensa a favor da elaboração de uma “ginástica nacional” e criticando a confusão provocada pelos diversificados métodos estrangeiros entre os que se dedicavam ao ensino da Educação Física em Portugal. Entretanto, o Estado limitava-se a conceder alvarás ou diplomas que legalizavam a actividade docente dos divulgadores da Educação Física: médicos, professores formados no estrangeiro, militares e antigos praticantes.

Apesar da controvérsia dos métodos, o Regulamento Oficial de Educação Física, publicado no início de 1920, consagrava claramente a preferência pelo método sueco. O referido documento também definia três categorias de profissionais, professores, instrutores e monitores, devendo estes ser escolhidos e formados, através de lições teóricas e práticas, pelos os primeiros. Por esta

altura, várias manifestações davam conta da urgência de se avançar com uma solução global para a formação de professores desta especialidade, preocupação explicitamente colocada no citado Regulamento e na portaria, datada de 1919, proveniente do Ministério da Guerra, que determinava a elaboração das bases de uma unidade de formação de esgrima a incluir no futuro Instituto de Educação Física do Exército. Assim, concretizando-se anseios vindos de militares e civis, entrava em funcionamento, em 1922, a Escola de Esgrima do Exército e era criado o Curso Normal de Educação Física pelo Ministério da Informação Pública, em 1921, dois anos depois integrado na Escola Normal Superior de Lisboa com a redução dos estudos de três para dois anos. Não tardou, no entanto, que as Escolas Normais Superiores fossem extintas (1930), tendo sido criadas, em sua substituição, as secções pedagógicas das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, que não tinham condições para superar uma excessiva generalização pedagógica (CRESPO, 1991).

Existindo consciência de que os esforços relativos à formação de professores de Educação Física não tinham alcançado os resultados desejados, criou-se, em 1930, a Escola Superior de Educação Física na prestigiada Sociedade de Geografia de Lisboa, onde se reuniram condições que possibilitaram um importante progresso neste domínio. Este curso tinha a duração de quatro anos e contemplava um plano de estudos bastante completo, que incluía disciplinas variadas, modalidades desportivas, ginástica correctiva e reeducativa, aulas teóricas e práticas. Na verdade, o plano de estudos inspirava-se nos de várias escolas europeias, o que aconteceu também com o estabelecido na Escola de Educação Física do Exército, criada em 1933, a partir da já mencionada Escola de Esgrima da mesma instituição militar. Ao longo desta década, por entre alguma controvérsia, vão ser tomadas outras iniciativas que definirão o rumo da Educação Física em Portugal nos decénios seguintes e constituirão referências importantes do novo regime que então arrancava decididamente.

A afirmação da Educação Física

Após séculos de monarquia e dezesseis anos de República, Portugal via emergir, no início da terceira década do século XX, o designado “Estado Novo”, um regime político que embora consolidasse uma ditadura, imposta por um movimento militar, em 1926, veio a ser moldado por Oliveira Salazar, seguindo uma linha profundamente conservadora, centralizadora e

autoritária que se manteve durante mais de quatro décadas de anos. Nem a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 40, foi suficiente para forçar uma abertura democratizante do regime, tendo Salazar conseguido mantê-lo na orientação definida nos anos 30, ou seja, privilegiando a autoridade e a ordem tradicional traduzida na tão enfatizada trilogia “Deus, Pátria, Família”. A partir dos finais dos anos 50, o regime vê-se diante de um somatório de problemas que vão minando as certezas ideológicas em que assentava e que faziam com que alguns dos seus partidários advogassem uma liberalização desenvolvimentista numa aproximação aos sistemas políticos da Europa Ocidental mas Salazar nunca se rendeu às propostas de mudança. Somente o impedimento por doença do velho ditador, em consequência duma queda, possibilitou que a chefia do governo fosse entregue a Marcello Caetano, político que muitos acreditaram poder liderar uma abertura do regime que não teve o sucesso esperado. A deterioração económica do país, as guerras coloniais e o crescente isolamento de Portugal fragilizavam a sustentação do anacrónico regime ditatorial, que conheceu o seu fim a 25 de Abril de 1974.

Não se pode dizer que a evolução da Educação Física tenha somente seguido o rumo imprimido pela lógica do Estado Novo. Apesar das fortes convicções ideológicas que sustentavam o regime e da sua grande aposta nos instrumentos de controlo da sociedade, houve aspectos que se impuseram e forçaram o curso ou que o Estado Novo entendeu incorporar para melhor se adaptar a tendências que se desenhavam na Europa desenvolvida. Por outro lado, há a considerar que, embora declaradamente conservador, anti-liberal e controlador, o regime salazarista absorveu elementos iconográficos e ideológicos republicanos e não resistiu à modernização cultural em resultado do desenvolvimento económico a que forçosamente tinha de aderir. Isto significa que, embora o Estado Novo português tivesse instrumentalizado a Educação Física com o objectivo de que ela servisse os desígnios formativos do regime, partiu de pensamento e experiência anterior e veio a permitir que no seio da principal instituição de formação de professores da especialidade ganhassem peso tendências pedagógicas que contrariavam as orientações inicialmente definidas.

Quando o Estado Novo arrancava, a formação de especialistas em Educação Física era especialmente credibilizada pelos cursos ministrados na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Escola de Educação Física do Exército que seguiam uma orientação resultante de estudos realizados em

várias escolas estrangeiras, designadamente em Estocolmo, Gand, Bruxelas e Joinville-le Pont. A instituição militar parecia, no entanto, interessada em assumir-se como principal referência no domínio da Educação Física, pretensão que vinha de possuir um laboratório de estudos médico-psico-antropológicos, cuja actividade tinha repercussões no espaço da sociedade civil, e que se traduziu, mais tarde, na proposta de transformação da Escola de Educação Física do Exército num Instituto Nacional de Educação Física, destinado a formar professores da especialidade, apresentada, em 1936, pelo Conselho Superior do Exército.

A proposta deste órgão militar entende-se ainda melhor se compreendida à luz do reconhecimento geral da importância da Educação Física, expresso, por exemplo, em 1934, no primeiro Congresso da União Nacional, força política que apoiava o regime, e em medidas como as que criaram a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho – FNAT e, sobretudo, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa -MP. A FNAT, criada em 1935, teve como principal objectivo a dinamização do tempo livre dos trabalhadores de modo a promover o seu desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral. A Mocidade Portuguesa foi criada em 1936, respondendo às convicções de um regime então muito preocupado com o enquadramento ideológico e a disciplina dos jovens portugueses. A Mocidade Portuguesa devia promover actividades gimnodesportivas e zelar também pelo modo como as outras instituições as promoviam. Daí que ela contasse com a cooperação activa de todos os estabelecimentos oficiais e particulares do ensino primário e secundário, bem como com o serviço dos professores do ensino primário, professores de Educação Física do ensino secundário e dos médicos escolares. Aquando do seu aparecimento, a Mocidade Portuguesa recusou a ideia da formação de uma criança-soldado, no entanto, o carácter militarista e hierárquico da organização não deixam dúvidas sobre o seu funcionamento “disciplinar” (GOMES, 1991). As declarações do ministro que tutelava a educação são bem elucidativas:

[...] Por isso se instituiu a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa, que, no dizer da própria lei, abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar. (PACHECO apud GOMES, 1991, p. 115).

Embora se veja que o ministro tem grande consideração pela interpretação militar do método sueco, a já mencionada pretensão do Conselho Superior do Exército não foi atendida nas condições formuladas. Se o ministro cria, em 1940, o Instituto Nacional de Educação Física – INEF, como requeria a proposta militar, entrega a sua direcção a um médico, ou seja, a um civil, e coloca esta instituição sob a alçada do Ministério da Educação Nacional e não sob a direcção do Ministério da Guerra. A criação do INEF consolidava o reconhecimento da importância da formação de professores de Educação Física e de um modelo pedagógico que procurou simultaneamente integrar os pressupostos do saber médico e da organização militar. O sistema de ginástica de Ling servia bem as intenções formativas pretendidas pelo regime e foi o escolhido como modelo de organização do curso a ministrar, servindo, por isso, para facilitar a concretização da “efectiva cooperação entre o Instituto Nacional de Educação Física e a Mocidade Portuguesa.” (DECRETO-LEI...,1940).

Como não podia deixar de ser, a criação do Instituto Nacional de Educação Física devia integrar-se na estratégia ideológica do Estado Novo, nomeadamente contribuindo para a resolução dos problemas mais importantes da educação nacional. Na proposta de lei apresentada pelo Ministro da Educação Nacional, em 1939, a criação do mencionado Instituto justificava-se, exactamente, porque se pretendia:

Instituir um centro de estudos científicos e de prática racional da educação física, como instrumento de unidade didáctica e de orientação geral, e com finalidade profissional de formar os respectivos agentes de ensino, oficial ou particular, tendo-se em vista o revigoreamento da raça no plano da educação integral e os interesses da defesa da Pátria. (CRESPO, 1991, p. 17).

As disposições e os fundamentos dos documentos que estão na base da criação da Mocidade Portuguesa e do Instituto Nacional de Educação Física apontam claramente uma ruptura com a corrente da “ginástica respiratória”, muito apoiada pelos médicos e legalmente legitimada pelo Decreto 21.110, de 4 de Abril de 1932. De acordo com este diploma, a Educação Física devia se comprometer a contribuir para a regeneração da saúde dos portugueses mas sem pretender invadir outros domínios educativos, nomeadamente o moral.

Esta corrente preconizava exercícios simples que não esquecessem a função fundamental da respiração e opunha-se ao espírito competitivo que

levava ao esgotamento e à violência. Os seus adversários, em geral ligados a uma formação militar, acusavam os partidários da “ginástica respiratória” de passiva, ociosa e indolente (OLIVEIRA, [19—?]), de não respeitar as necessidades de exteriorização e dispêndio de energias da juventude, de confundir terapia médica com método ginástico (MIRANDA, 1930), de não contribuir mesmo para a formação do corpo, e reclamavam a adopção do “método sueco”, ou seja, de uma ginástica formativa que através de exercícios variados e atraentes dotasse os jovens de capacidades físicas e morais necessárias a dignificação da pessoa e à afirmação da pátria. A adopção do sistema ginástico de Henrich Ling possibilitava conciliar a fundamentação vinda da medicina e a acção ordenada requerida pelos militares, porquanto se compunha de movimentos racionais, analíticos e localizados baseados nos conhecimentos da anatomia, fisiologia e mecânica mas que podiam transformar-se numa Educação Física colectiva, disciplinada, intensa e rigorosa. Este método de Ling “evoluído” parecia responder exactamente ao que o Ministro da Educação Nacional pretendia com a criação do INEF, ou seja, formar pessoas para, no âmbito do ensino da Educação Física, servirem uma estratégia de formação integral. Essa posição está bem expressa na já mencionada proposta de Lei para a criação do INEF, apresentada à Assembleia Nacional, em 1939, onde se diz:

A Educação Física visa em primeiro lugar, como é natural, o indivíduo em si mesmo, como unidade biológica, e sujeita-o a uma série de exercícios ginásticos adequados ao sexo e à idade, os quais vão desde prevenirem na criança, como estimulante da nutrição, os desvios da curva do crescimento, até produzirem, a par da valorização plástica, os frutos morais que são a energia da vontade, o auto-domínio e a formação do carácter. (PACHECO apud GOMES, 1991, p. 113).

É por demais evidente que o Estado Novo enunciava a vontade de promover a regeneração física e moral daqueles que deviam assegurar a dignidade da Pátria. Para isso, o corpo em desenvolvimento devia sujeitar-se à fundamentação científica da Medicina e à intervenção metodológica do saber militar. Se a primeira devia preocupar-se com o ser biológico, o segundo devia apostar numa prática que formasse um ser social devotado ao interesse colectivo, ao bem da nação e submisso à autoridade. Assim sendo, era natural que a corrente da ginástica formativa se mostrasse aliciante a um

Estado Novo convicto da sua acção civilizadora e patriótica e, por isso, fosse claramente assumida nas medidas do então Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, que conduziram à criação da MP e do INEF, e posteriormente reafirmada em vários documentos publicados durante as décadas de quarenta, cinquenta e, até, sessenta (VIANA, 2001).

Neste período, surgem-nos como pessoas especialmente influentes, tanto pelas funções que desempenharam quanto pela sua produção escrita, Leal de Oliveira e Celestino Marques Pereira. Este último foi precisamente o autor dos *Programas de Educação Física para a Juventude em Idade Escolar* (1946), concebidos, segundo afirmou, de acordo com as normas da Mocidade Portuguesa, do Instituto Nacional de Educação Física e da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, instituições que ele bem conhecia. Embora os referidos *Programas* dissessem respeito tanto ao sexo masculino quanto ao feminino, isso não significava a admissão do regime de co-educação, reunindo na mesma classe os dois géneros, coisa só consentida para as crianças com menos de 10 anos.

Numa simples e global análise, é fácil verificar que estes programas dispensavam muito mais espaço e atenção à ginástica que aos jogos e desportos. Vendo a arrumação da matéria por capítulos, aos dois primeiros de natureza geral, conceptual e normativa, seguem-se quatro capítulos dedicados à ginástica e só no último se contemplam os conteúdos referentes aos jogos e ao desporto. Este não era mesmo indicado para todos, deveria ser dirigido apenas para aqueles que tivessem dezesseis anos e para os que se mostrassem com robustez adequada, sendo, portanto, afastados os mais débeis e os deficientes. Mais do que no desporto, a esperança do revigoramento físico estava na ginástica de Ling, entendida como actividade analítica constituída por exercícios que possuíam sempre um objectivo definido, de natureza psico-fisiológica.

Olhando para a posição de Leal de Oliveira, expressa no seu *Manual de Ginástica*, publicado também em 1946, ou seja, no ano em que saíram os aludidos *Programas de Educação Física*, de Celestino Marques Pereira, encontramos a mesma sobrevalorização da ginástica. Ao longo das mais de 500 páginas do manual de Oliveira, são tratadas as condições gerais a que devia obedecer a lição de ginástica educativa e apresenta-se a caracterização geral dos exercícios, as preocupações a ter na sua preparação, a intensidade das lições e as técnicas de ensino e descrevem-se muitos e variados exercícios ginásticos. O quarto capítulo, referindo-se ao material necessá-

rio para a prática dos exercícios – espaldares, traves, banco sueco, cordas verticais, *bock*, plinto, cavalo, tapetes, colchões, postes de salto em altura, bolas pequenas, bolas de voleibol e basquetebol, *medici-balls*, cordas, fitas, testemunhos para corridas de estafetas etc. – logo nos remete para o tipo de Educação Física preconizada. Além disso, ainda que entre o material indicado figure algum relacionado com o atletismo, o voleibol e o basquetebol, não se encontram descritas actividades condizentes com essas modalidades no manual, o que torna legítimo supor que não tinham a importância que ganharam na segunda metade do século.

Os primeiros indícios de mudança na Educação Física surgem no fim da década de cinquenta e na seguinte e estão relacionados quer com discursos provenientes de outras áreas de saber quer com a importação de novas concepções de Educação Física. A expansão económica e a necessidade de integração na dinâmica duma economia internacional obrigou o governo português a encarar a educação como um investimento económico, sobretudo quando considerada à luz da tecnologia do planeamento. Por outro lado, ao sentir-se obrigado a abrir-se à cooperação internacional, Portugal acabou por ter de encarar os referenciais europeus e a intervenção de organismos internacionais, muito em especial a Organisation for Economic Cooperation and Development - OCDE, objectivada no Projecto do Mediterrâneo, que forçaram ajustamentos educativos no país. Acompanhando tanto as propostas económicas desenvolvimentistas como as da modernização educativa, os ventos da mudança far-se-iam também sentir no campo da Educação Física a partir dos finais dos anos cinquenta com a mesma hesitante lentidão (CARVALHO, 2002).

Naturalmente, as novas propostas tiveram de enfrentar as inevitáveis incompreensões e oposições mas o discurso que veiculavam, assentando em racionalidades mais adequadas às tendências desenvolvimentistas que então se impunham no Ocidente, encontrou espaço de difusão, tendo acabado por influenciar o curso da Educação Física em Portugal. Deste modo, a relação escola-economia foi também apropriada pelo campo dos professores de Educação Física, como bem se verifica quando Silva (1962, p. 462) sublinha que “um homem produz em função da sua saúde e da sua instrução” e que, por isso, “do ponto de vista económico, as primeiras preocupações de um Estado são a saúde pública (nela se incluindo a educação física e assistência escolar) e a instrução de todos a um nível tão elevado quanto possível.”

Os ventos da modernização traziam, também, tal como acontecia noutros sectores da administração, a ideia da planificação, até aí, como se reconhecia, aplicada apenas no âmbito económico. Com ela pretendia-se “entre outros aspectos, pôr cobro à acção desordenada e tantas vezes, senão a maior parte das vezes, inconsequente na orientação das actividades gimnodesportivas.” (INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, [196-], p. 16). Como bem salientou Luís Carvalho, a planificação era pensada atendendo a escalas diversas: “se havia planeamento da educação física nacional, haveria de existir planeamento da educação física na sua unidade mais pequena, a aula; entre o grande e o pequeno haveria de se estabelecer uma cadeia racional de acções.” (CARVALHO, 2002, p. 126).

Os indícios de mudança no âmbito da Educação Física, a partir de finais dos anos cinquenta, são especialmente significativos porque acontecem na instituição de formação inicial de professores da especialidade. A abertura ao desporto, o alargamento da duração do curso para quatro anos, a introdução de abordagens do campo das Ciências Sociais, a renovação do corpo docente e dirigente, o crescente interesse pelas relações internacionais, a criação de centros de estudo mostram que se estava diante de um espírito inovador, por isso, bastante aberto a reflexões e a propostas vindas do estrangeiro. Durante os anos sessenta e princípios da década seguinte, como refere Brás (1996, p. 50), surge um movimento que desenvolve a acalorada “discussão dos ISMOS da Educação Física” que marca claramente uma ruptura com o modelo de formação mecanicista protagonizado pelos professores mais antigos (Celestino Marques Pereira, Moura e Sá, Hans Lipka, entre outros) e valoriza o *psicologismo* e o *pedagogismo*, defendidos, sobretudo, por Nelson Mendes e Vítor da Fonseca, e o *desportivismo*, especialmente acentuado por Moniz Pereira, Mário Lemos, Paula Brito, Noronha Feio e outros. Nestes anos do fim da década de sessenta e princípios de setenta, a Educação Física em Portugal (re)construiu-se a partir de conciliações entre as ideias de planeamento e de pedagogia experimental, de desporto como fenómeno cultural, de educação pelo movimento sobre saberes e discursos já disponíveis, ou seja, as novas sínteses nunca introduziram uma ruptura derradeira com modelos anteriores, antes mantiveram sempre alguns dos seus elementos constituintes (CARVALHO, 2002). De qualquer modo, estávamos numa época em que a reivindicação da mudança teve de conviver com uma organização políti-

co-pedagógica conservadora que tendeu a resistir a propostas que de algum modo perturbavam a rigidez da ordem social e moral em que assentava o quadro ideológico do regime. Sendo assim, a renovação da Educação Física passava por um enquadramento ideológico e político mais aberto.

Educação Física na escola num tempo de transição

Embora só o derrube do regime ditatorial, em Abril de 1974, tivesse permitido abrir o horizonte mental dos portugueses, realinhando as suas ideias pelas dos povos ocidentais que, há muitos anos, experimentavam o pluralismo ideológico, é normal aceitar-se que, antes da referida data, durante os primeiros anos da década de setenta, já o ensino, em Portugal, se fundamentava em ideias que consideravam a sua democratização bem como tendências educativas que se desenhavam noutros países europeus. No que respeita à Educação Física, como vimos, assistiu-se, durante os anos sessenta, a tentativas de modernização expressas por linhas diferenciadas mas unidas na contestação ao modelo rígido de aula ainda inspirado na ginástica de Ling, método que serviu bem a concepção educativa do Estado Novo nos decénios anteriores. Embora saibamos como os discursos se concertaram à volta da legitimação da iniciação desportiva e como isso, conjuntamente com o discurso político europeu da educação e do desporto para todos, acabou por influenciar a orientação governamental, devemos considerar que os partidários das diversas orientações, como os da psicomotricidade ou os da ginástica sueca, permaneciam com as suas convicções e que mesmo o tipo de formação desportiva suscitava controvérsia entre os docentes da especialidade. Por volta de meados dos anos sessenta, de acordo com Carvalho (2002), seria possível identificar três posições diferentes ao redor do desporto: a refundação da Educação Física no desporto; a valorização deste no quadro da Educação Física escolar curricular; a subalternidade do desporto no quadro da Educação Física escolar curricular e a sua remissão para o espaço de complemento curricular. Assim, se a aceitação do desporto reunia consenso, isso não significava que todos lhe atribuíssem o mesmo papel no âmbito da Educação Física.

Temos, portanto, diferentes concepções de Educação Física a quererem determinar ou, pelo menos, condicionar a orientação que devia prevalecer no domínio escolar. No campo da acção, ou seja, nas escolas, como pesavam estes diferentes modos de entender a Educação Física?

Convém não esquecermos que as forças conservadoras do regime permaneciam atentas não deixando, mesmo quando não controlavam directamente a situação, de funcionar como uma pressão invisível sobre o sistema escolar. Por sua vez os partidários das novas concepções apresentavam um empenhamento militante na difusão das mesmas, tentando introduzi-las nas escolas. Por outro lado, nem sempre as escolas funcionavam como as autoridades oficiais definiam, tanto mais que o acelerado crescimento do número dos alunos provocava carências de vária ordem. Para além da fraca qualidade de muitos dos equipamentos escolares também eram escassos os docentes com a devida qualificação. Além dos professores diplomados pelo INEF, cada vez mais as escolas recrutavam para leccionar Educação Física pessoas com formação diversificada e, especialmente, instrutores que possuíam uma qualificação obtida através dum curso mais curto e menos exigente que o dos professores. Exactamente porque tudo isto dificultava a transposição dos quadros conceptuais e, portanto, tendia a favorecer práticas que dependiam tão mais de inércias do que de racionalidades discursivas ideais, importa auscultar os docentes de Educação Física de então para que possamos conhecer as principais características da organização da Educação Física das escolas secundárias portuguesas, neste período de alguma excitação conceptual e de contraditórios compromissos políticos. Para isso, recorreremos a entrevistas efectuadas a quinze professores a leccionarem Educação Física nesses primeiros anos da década de setenta, do século XX.

Como era de esperar, nem sempre as respostas dos diversos entrevistados coincidiram. Embora as divergências possam ser interpretadas como defeitos decorrentes de uma memória menos fresca, na sua generalidade, resultam, sobretudo, dos entrevistados terem sido actores de um processo de reforma educativa possibilitador da definição de diferentes contextos pedagógicos e de diversas vivências docentes nestes anos do princípio da década de setenta. Lembremos, desde já, que, nesse período, após os quatro anos de ensino primário, passava-se às escolas de ensino preparatório, que contemplavam dois anos de estudos, e, depois, ao ensino secundário a processar-se nos liceus ou nas escolas técnicas. Embora tanto o ensino preparatório como o ensino secundário tivessem a disciplina de Educação Física, a composição etária dos alunos e o peso da tradição nos estabelecimentos de ensino secundário, entre outras particularidades, favoreciam o desenvolvimento de ambientes pedagógicos algo diferentes.

De acordo com alguns professores, os primeiros anos da década de setenta deviam ser considerados como um período de transição, dado que, a partir de 1969, deixara de haver inspecções às actividades lectivas dos professores e estava previsto que a Educação Física deixaria de estar sob a tutela da Mocidade Portuguesa, passando para a Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, o que aconteceu em 1971.

De qualquer modo, a maioria dos professores entrevistados afirmou existir um programa ou proposta de programa de Educação Física, ainda que, para alguns, tal só tivesse acontecido a partir de 1972/1973, estando talvez a pensar nas *Directivas* que a Direcção Geral da Educação Física e Desportos fez publicar para o ensino preparatório. Apesar das hesitações e de se afirmar que não eram documentos rígidos, existiam, nos anos 60 e 70, documentos bem claros quanto à forma como devia ser organizada a Educação Física nas escolas portuguesas. Com efeito, em 1960, foram editadas pela Mocidade Portuguesa as *Directivas para o Ensino* (1960) e nelas se teciam considerações acerca da doutrina e orgânica da Educação Física, dos objectivos da disciplina consoante a idade dos alunos, bem como da estrutura da lição, do programa de jogos e dos desportos e até de normas referentes a instalações, a material didáctico e ao vestuário a utilizar pelos alunos. Em 1970, era publicado pela Mocidade Portuguesa Feminina o *Projecto de Programa* da Educação Física no ensino secundário, que traduzia novas concepções pedagógicas e metodológicas, bem patentes na terminologia utilizada: educação do movimento, atitude, esquema corporal, organização temporal, ritmo individual, entre outras.

De qualquer forma, era opinião quase unânime que existia um planeamento anual ou periódico das actividades da Educação Física, realizado de acordo com as disponibilidades da escola em instalações e material didáctico. Este planeamento era realizado pelo delegado ou professor mais habilitado e antigo, sobretudo, quando os restantes docentes não possuíam habilitação própria. Nas escolas em que o corpo docente era constituído essencialmente por professores diplomados, eram estes, no seu conjunto, os elaboradores do plano, que era afixado em local visível para que os docentes o pudessem consultar. Deste modo, era efectuada uma gestão equilibrada dos recursos físicos e materiais disponíveis, sem ocorrerem sobrecargas e situações de conflito entre os docentes.

Embora alguns docentes não demonstrassem ter a certeza de existir o cargo de delegado de disciplina nesses anos, tanto mais que, em muitas

escolas, havia apenas um professor com habilitações próprias, não restam dúvidas de que o professor mais habilitado e antigo exercia funções de coordenação do grupo de docentes de Educação Física, promovia reuniões, estabelecia ou ajudava a realizar o planejamento de actividades e servia de elo de ligação entre o reitor ou director e os professores. Em algumas escolas, havia um delegado e uma delegada, que coordenavam a Educação Física “masculina” e a “feminina” e ajudavam os professores sem habilitações a planificarem ou mesmo a concretizarem a sua actividade docente. Pelo que pudemos constatar, em algumas escolas não era elaborado um plano rígido, apenas se definia um acordo global quanto à utilização dos espaços e equipamentos, bem como as modalidades gímnicas e desportivas a abordar em cada período.

O tempo semanal destinado à Educação Física apresenta variações que resultam tanto da memória de cada um quanto da organização de cada escola. Segundo alguns docentes a disciplina de Educação Física ocupava duas horas semanais mas outros referem que, nos inícios de setenta, o número de horas havia subido para três. Contudo, dois professores crêem que o tempo destinado à Educação Física chegou a ser de quatro horas (duas mais duas). No que diz respeito aos liceus, a partir de 1970, a disciplina passou a contar com duas aulas de hora a meia. Todavia, vários docentes do ensino secundário afirmaram que o número de horas semanais da Educação Física se manteve em duas, o que talvez se devesse à não existência de professores ou de instalações suficientes.

Considerando a generalidade das escolas dessa época, bem se pode afirmar que as aulas não decorriam em regime de co-educação. Seguindo a memória dos docentes entrevistados, só foram realizadas actividades em turmas constituídas por alunos dos dois sexos nas escolas secundárias a partir de 1974. Todavia, nalgumas escolas preparatórias, essa separação foi terminando nos anos imediatamente anteriores a essa data emblemática. Um dos professores, no entanto, salientou ter estado envolvido numa “situação inovadora”, talvez pelo ano de 1971/1972, em que teve de enfrentar uma turma mista que só tinha dezesseis alunos, sete raparigas e nove rapazes. Saliente-se que, por esta altura, já existiam escolas mistas, com turmas ditas “femininas” e turmas “masculinas”. Mas, embora nas restantes disciplinas as aulas já fossem mistas, na Educação Física as raparigas de duas turmas constituíam uma turma “feminina”, leccionada por uma professora, e os rapazes uma “masculina”, orientada por um profes-

sor. Além disso, existiam escolas secundárias e preparatórias destinadas apenas a um dos géneros e escolas preparatórias com uma secção feminina e outra masculina a funcionarem em edifícios distintos.

Os professores do sexo masculino, segundo o artigo 344 do Decreto-Lei nº 36.508, estavam proibidos de “ensinar Educação Física a alunas”. E sempre que, nos liceus de frequência mista, não houvesse uma professora para ministrar o ensino, o tempo atribuído à classe era preenchido segundo o estipulado nas *Directivas* (1960) consoante o “indicado pela delegada da Mocidade Portuguesa Feminina”.

Embora esta separação dos géneros na Educação Física fosse, por vezes, justificada com o argumento de os “rapazes não verem as pernas” às raparigas, ela devia-se também à ideia de que as alunas deviam realizar exercícios físicos menos exigentes e com menores possibilidades de contacto do que os dos rapazes. Essa menor exigência referia-se às capacidades físicas e à execução técnica requeridas. De facto, corridas longas, de resistência, exercícios de força, saltos difíceis e arriscados nos aparelhos, desportos com algum contacto, como, por exemplo, o andebol, eram aconselhados apenas às turmas masculinas. Em contrapartida, alguns jogos educativos, as danças regionais, a ginástica rítmica e o *badminton* eram actividades reservadas, sobretudo, para as turmas de raparigas. Pelas afirmações de vários entrevistados, podemos concluir que o voleibol e o basquetebol eram desportos considerados “mistos”, ou seja, adequados quer às raparigas quer aos rapazes.

Ainda que a maioria dos entrevistados afirmasse que as actividades dos rapazes eram mais exigentes, alguns opinavam que isso dependia das professoras e dos professores. Uma professora, no entanto, referiu que as diferenças entre as aulas de Educação Física das turmas “femininas” e “masculinas” se notavam mais ao nível dos conteúdos do que da exigência e da dificuldade de execução. No mesmo sentido pronunciou-se um dos professores, referindo que a ginástica dos rapazes “era mais próxima da preparação militar e pré-militar, com saltos de plinto (em altura e extensão), e do *bock*, com o máximo de furos”. No entanto, este é assunto algo controverso. Não nos custa admitir a ideia expressa por alguns docentes de que, a partir de 1970, algumas escolas desenvolviam actividades de Educação Física idênticas para raparigas e rapazes mas também entendemos que as resistências a esta concretização ainda eram muito fortes.

No início da década de 70, as aulas de Educação Física compreendiam, invariavelmente, três partes sucessivas: a parte preparatória a pretender realizar uma activação funcional dos alunos, a parte fundamental, ou seja, a mais substantiva e a parte final ou de retorno à calma. A parte preparatória podia começar com exercícios de ordem, marcha e corrida, em duas colunas, seguindo-se-lhes a formação em xadrez, sequência que um dos professores entrevistados descrevia assim:

No início os alunos formavam em duas colunas, tipo militar. Depois da voz de – numerar, marche! – os do lado esquerdo, a começar pelo primeiro, viravam sucessivamente a cabeça e diziam ao de trás: – um..., dois... um... dois... assim por diante, até ao fim da fila. Em seguida o professor dizia em voz alta: – atenção, vamos, formar xadrez. Para as duas colunas, dois passos laterais, pares para a direita e ímpares para a esquerda, marche.

Estes exercícios preparatórios eram realizados pelos alunos, na formação em xadrez, todos ao mesmo tempo, cumprindo as ordens do professor, e visando a activação funcional, através da mobilização de músculos e articulações. A sua sequência obedecia a esquemas facultados aos professores, com os exercícios descritivos através de nomenclaturas e abreviaturas, constantes de “livrinho próprio”. Em primeiro lugar, vinha indicada a posição inicial, habitualmente a de sentido. Seguidamente, apareciam os tempos e sequências dos movimentos, as partes do corpo envolvidas e o número de repetições.

Na parte fundamental, a mais longa e importante, os alunos deslocavam-se para fazerem exercícios no solo e nos diversos aparelhos (espaldares, trave sueca e plinto), onde executavam várias movimentações, cumprindo as ordens do professor. A parte final, por sua vez, era composta de exercícios de descontração e respiratórios, realizados em cadência lenta ou, por vezes, de um questionamento reflexivo aos alunos sobre as dificuldades sentidas.

Além desta aula-tipo de ginástica, realizavam-se aulas cuja parte fundamental era dedicada aos desportos. Neste caso, além da parte preparatória (muitas vezes em xadrez, como descrevemos), tinham lugar os exercícios de aplicação, destinados à aprendizagem ou aperfeiçoamento de técnicas desportivas, com formas jogadas e jogo formal. Os desportos tinham um espaço de destaque às quartas-feiras de tarde, primeiro associadas à Mocidade Portuguesa e depois integradas nas chamadas actividades de complemento curricular.

A maioria dos docentes da amostra salienta o facto da formação em xadrez e dos exercícios de ordem e segmentares, realizados por todos os alunos, na mesma cadência, segundo o comando do professor, estar a desaparecer nos inícios dos anos 70. Com efeito, como referimos, as características rígidas da ginástica sueca foram muito contestadas por uma geração de novos professores do INEF, sendo progressivamente abandonadas nas escolas. Efectivamente, quase todos os entrevistados referiram que o “aquecimento”, nos dois ou três anos a antecederem o 25 de Abril, já era realizado com os alunos dispersos à vontade no espaço e sem a rigidez do método sueco, apelando à criatividade daqueles e atendendo à motivação e diferenças individuais.

Embora não se contemplasse oficialmente a avaliação na disciplina de Educação Física, tanto que os seus professores não eram sequer obrigados a participar nas reuniões destinadas a classificar os alunos, muitos docentes adoptavam, particular e oficiosamente, processos variáveis de avaliação, cujo resultado não era inscrito na pauta de classificações. Esta avaliação, destinando-se fundamentalmente a distinguir a evolução dos alunos, situando-os em diferentes classes, fazia-se frequentemente a partir de observações globais e não muito rigorosas. Apesar do carácter oficioso deste processo, referiram-nos alguns dos docentes entrevistados que os alunos procuravam atingir o melhor nível possível. Para este empenhamento dos alunos deveria contribuir o facto de apenas os melhores serem seleccionados pelo professor para as equipas representativas do estabelecimento de ensino e para participarem nos festivais do 10 de Junho.

Alguns docentes aplicavam provas físicas ou testes motores, sendo referenciados os testes VARF (velocidade, agilidade, resistência e força) e de Ruffier, não com a finalidade de atribuir uma nota aos alunos, mas apenas como uma espécie de *feed-back* para o professor. Os testes ou exames teóricos eram bem menos empregues. No entanto, com a experiência do ciclo preparatório, “passou-se do oito para o oitenta” e começou a exigir-se um relatório individual dos alunos, com parâmetros de avaliação nos domínios cognitivo, psicomotor e sócio-afectivo.

A ausência de avaliação ou a adopção de processos particulares de avaliação informal e oficiosa é entendida, curiosamente, como um aspecto positivo da Educação Física dos anos anteriores a 1974. É certo que alguns docentes entendiam que o estatuto da disciplina e dos respectivos agentes de ensino era um pouco mais baixo do que o das disciplinas de

carácter essencialmente científico. Todavia, parece não restar dúvidas de que essa situação melhorava a interação professor-alunos, facto salientado por vários entrevistados. Efectivamente, vários docentes afirmaram que essa ausência ou o informalismo e menor rigor, de que se revestiam os processos oficiosamente utilizados, eram muito positivos, porque não criavam distanciamentos nas relações entre o docente e os alunos, facilitando até a criação de um clima amistoso e cordial entre os diversos intervenientes na aula de Educação Física.

No que concerne ao vestuário específico da Educação Física, sobressai a obrigatoriedade de todos os alunos do mesmo sexo usarem, o que estava superiormente estipulado, um equipamento sempre de cor branca. Os rapazes envergavam camisola (camiseta) sem mangas, calção e sapatilhas, ao passo que as raparigas vestiam camisola de meia manga, *collotes*, isto é, calções com elásticos nas pernas e saia curta. A partir de 1972/73, a camisola, os calções e o saiote das raparigas passaram a ser azuis e, pelo que pudemos notar, a saia deixou mesmo de ser usada em algumas escolas. Quanto ao calçado, para a ginástica eram exigidas sapatilhas lisas e leves, apertadas com um elástico por cima do peito do pé. Até determinada altura (provavelmente até 1970/1971), os rapazes e as raparigas tinham que usar o emblema da Mocidade Portuguesa - MP sobre a frente da camisola, preso com três pequenas molas, cuja ausência também originava falta de material. Além disso, só com a farda da Mocidade Portuguesa ou Mocidade Portuguesa Feminina - MPF os alunos ou as alunas poderiam participar em quaisquer solenidades como representantes das suas escolas. O fato de treino era muito pouco usado pelos alunos que, no entanto, o podiam comprar e vestir. Nas escolas situadas em climas frios, as alunas podiam vestir uma camisola (*pullover*) mais quente e com mangas. É provável, no entanto, que, em algumas escolas, já se assistisse, no final deste período, a menor exigência quanto ao vestuário da Educação Física, permitindo-se o uso de peças de roupa não contempladas pelas *Directivas*, não sendo permitido, contudo, a sua utilização fora da aula dessa disciplina, por motivos higiénicos. Sempre que o aluno não trazia para a aula uma peça do vestuário adequada “o regulamento mandava marcar falta de material”.

A disciplina de Educação Física, na opinião dos docentes entrevistados, era sentida como útil e muito apreciada pelos alunos, que, no entanto, não a entendiam tão importante para o seu futuro profissional como outras disciplinas do plano curricular (Português, Matemática, Ciências). Contudo,

nota-se também aqui alguma variabilidade nas respostas, dado que dois dos professores entendiam que esta disciplina, tal como sucedia com a Educação Musical e a Religião e Moral, era secundarizada. Curiosamente, dois dos entrevistados eram de opinião de que os restantes professores valorizavam a Educação Física, porque esta “servia para tranquilizar os alunos, isto é, para gastarem algumas energias, facilitando assim outras aprendizagens como a da Matemática, do Português e da História” e porque era “disciplinadora, criava bons hábitos de vida, transmitia e inculcava valores”.

Referindo-se a alguns dos problemas da Educação Física antes de 1974 e ao estatuto da própria disciplina, Feio (1974, p. 92) escrevia que as “disciplinas de educação física e desportos, no nosso país, sempre sujeitas a um separatismo motivado pelos preconceitos”, viam agravada a situação por inexistência de programas cientificamente elaborados e pela “acção altamente negativa de centenas de agentes de ensino sem a menor preparação.” Embora estas declarações possam apresentar o exagero dos que abraçam as causas com o ardor dos militantes, elas constituem igualmente um testemunho da percepção que os docentes mais críticos possuíam da sua disciplina.

Tal como no testemunho de Noronha Feio, os entrevistados distinguiam nitidamente duas situações relativamente ao posicionamento dos docentes de Educação Física. A dos professores diplomados pelo INEF considerados e respeitados na escola e na comunidade envolvente e, por outro lado, a dos docentes sem habilitação específica – desportistas conceituados, “amigos do reitor”, oficiais do exército –, menos reconhecidos profissionalmente e que dificultavam a dignificação científica e pedagógica da Educação Física. Sobre este assunto, Celestino Marques Pereira chamava a atenção, em 1969, para a necessidade de se caminhar para uma regularização deontológica na Educação Física nacional. Esta medida implicava definitivamente, segundo o autor, a entrega exclusiva das responsabilidades da orientação e fiscalização da Educação Física aos seus profissionais (PEREIRA, 1969).

A valorização do estatuto da Educação Física e dos seus professores, segundo a opinião de vários dos entrevistados, devia-se tanto à postura e à acção dos docentes de Educação Física a leccionarem nas escolas e a afirmarem-se nas localidades em que ensinavam, como ao reconhecimento das capacidades técnico-desportivas e editoriais de alguns professores do INEF.

De algumas das entrevistas realizadas sobressai a ideia de que, ultrapassada a fase de pouco reconhecimento dos “professores de ginástica” dos anos sessenta, e passando os profissionais de Educação Física a obter a equiparação

a licenciados e a auferir vencimentos idênticos aos restantes professores, o seu reconhecimento social teria sido superior ao actual, o mesmo se passando com os restantes professores com habilitação própria, dado que, nessa altura, “os professores do liceu eram vistos, aos olhos da cidade, como pessoas importantes”. Talvez se possa concordar que, em face da então estrutura da sociedade portuguesa, os professores de Educação Física estivessem razoavelmente bem posicionados. No fundo, estávamos diante de uma profissão limpa e que exigia estudos de alguma dimensão, perante uma sociedade ainda com uma elevada percentagem de analfabetos. Mas outra coisa é apreciar a posição dos professores de Educação Física em relação com os docentes das disciplinas que exigiam formação universitária. Vendo por este ângulo, hoje os professores de Educação Física são mais iguais e mais integrados e menos discriminados que durante o Estado Novo, mesmo que tenhamos em atenção os progressos verificados nos derradeiros anos do regime autocrático.

Além dos aspectos referentes ao baixo estatuto da disciplina e de alguns dos seus docentes, sobretudo, os não habilitados, o ensino da Educação Física confrontava-se com a carência de instalações apropriadas e de equipamento específico suficiente. Com efeito, só os liceus e algumas escolas técnicas privilegiadas possuíam ginásios e espaços desportivos cobertos. Outras instituições dispunham apenas de um pequeno ginásio e espaços exteriores com poucas condições para a prática desportiva. Este problema agudizou-se, sobretudo, com a expansão escolar na sequência da proliferação das escolas preparatórias, tendo sido necessário encontrar locais alternativos para a prática das actividades de Educação Física e isso obrigou a deslocações até às instalações pertencentes a clubes desportivos e a autarquias.

O equipamento, quer o material fixo quer o móvel e semi-móvel, era abundante e adequado nos liceus, mas insuficientíssimo em algumas escolas técnicas e, sobretudo, em muitas escolas preparatórias. Enquanto naqueles existia um bom ginásio, apetrechado com todo o tipo de material gímnico e, também, postes de voleibol, tabelas ou cestos móveis de basquetebol e algum material de atletismo, nas outras escolas havia apenas algumas bolas e pouco mais. Todavia, os entrevistados apresentaram situações muito diversas quanto ao interesse e à atitude dos reitores dos liceus ou directores das escolas. Havia os muito interessados em adquirir todo o tipo de material destinado às aulas de Educação Física e às actividades circum-escolares e os que preferiam ignorar as necessidades dos seus estabelecimentos, devolvendo dinheiro ao Ministério da Educação.

As escolas dependiam muito das condições particulares que as envolviam e do pessoal docente e dirigente que as integrava. Não era indiferente o tipo de estabelecimento escolar e o público-alvo a que se destinava: o liceu estava vocacionado para acolher os jovens das famílias com maiores expectativas de formação, as escolas técnicas destinavam-se a formar técnicos ou empregados qualificados, as escolas preparatórias, de criação recente, acolhiam as crianças que pretendiam completar o ensino obrigatório pós-primário ou que se destinavam a prosseguir os estudos secundários numa das vias de ensino secundário mencionadas. Estas se espalhavam mais pelo país e funcionavam, muitas vezes, em edifícios provisórios e pouco adequados às funções escolares e tendiam a enquadrar o pessoal docente com menos capacidade de escolha. No geral, os docentes gostavam de se integrar nas boas escolas, isto é, com bons edifícios e equipamentos, com bons professores e com bons alunos. Quase sempre isso levava à escolha dos liceus, ainda que também existissem algumas escolas técnicas ou preparatórias que, por razões de localização, fossem atractivas. Eram estes os estabelecimentos do ensino secundário que tendiam a recrutar os professores de Educação Física mais qualificados e, também, onde estes podiam ser mais reconhecidos. Todavia, o reconhecimento dependia da cultura de escola e isso dependia em grande parte da capacidade de direcção e da sensibilidade pedagógica do director da escola ou do reitor do liceu. O reconhecimento do docente de Educação Física dependia da sua qualificação académica e científica e da sua acção pedagógica mas também das condições oferecidas pelo ambiente escolar, da aceitação entre os outros professores, das estruturas e do material à disposição, do gosto daquele que dirigia a instituição educativa pelas actividades físicas e desportivas desenvolvidas pelos alunos. É que uma andorinha não faz(ia) a Primavera.

Olhando a situação da disciplina de Educação Física no ensino secundário, vislumbramos as contradições por que passava Portugal, nos inícios dos anos setenta do século XX, dividido entre a necessidade de acompanhar o desenvolvimento alcançado pelos principais países europeus e o conservadorismo de feição católica e rural e entre o apelo do liberalismo das democracias ocidentais e a rigidez política dum paternalismo autoritário.

No que diz respeito à Educação Física, tornava-se claro que a aula tradicional rigidamente estruturada assente na formação em xadrez com os exercícios a serem realizados por todos os alunos, ao mesmo tempo, sob o comando do professor, pertencia a um modelo pedagógico do

passado e servia fundamentalmente a sociedades disciplinadoras e fortemente hierarquizadas. Com efeito, em muitas das escolas secundárias portuguesas, já antes de 1974, pelo menos o “aquecimento” era realizado num ambiente de menor constrangimento e de maior liberdade de movimentos, o que de certo modo denunciava o anacronismo do regime que ainda vigorava em Portugal.

É claro que, neste período, não se assistiram a alterações radicais que atingissem de igual modo todos os aspectos da Educação Física nas escolas e nem todos os docentes estavam igualmente convictos da necessidade da introdução de alterações no modo como se devia desenvolver a disciplina. Contudo, eram evidentes os sinais de necessidade de mudança, a partir de 1969/1970. O projecto de programa da Educação Física para o ensino secundário apontava novas concepções pedagógicas e metodológicas; o número de horas dedicadas à Educação Física nas escolas preparatórias, que acolhiam alunos do 5º e 6º anos de escolaridade, aumentou; o desporto foi cada vez mais valorizado no espaço curricular da Educação Física; o emblema da Mocidade Portuguesa começou a desaparecer das camisolas (*pullovers*) de Educação Física dos alunos de ambos os sexos e o vestuário utilizado na disciplina foi-se liberalizando.

Todavia, a Educação Física nas escolas continuou marcada por compreensões pedagógicas e culturais que decorriam quer da tradição escolar quer da natureza do regime autocrático que ainda se mantinha. Daí a prevalência duma moral conservadora que separava os rapazes das raparigas e, dessa forma, a co-educação nas aulas de Educação Física era praticamente inviável. Além disso, apesar das características rígidas da ginástica sueca terem sido muito contestadas e, em boa parte, abandonadas antes de Abril de 1974, a autoridade do professor permanecia como a referência pedagógica central. Algo paradoxalmente, estes docentes pareciam, todavia, mais susceptíveis de terem melhores relações com os alunos do que os seus colegas das outras disciplinas, o que se pode explicar tanto pela ausência de avaliação como pela sua formação psicopedagógica.

De qualquer modo, esta disciplina aparecia desvalorizada em função da tradicional consideração dos saberes. Apesar da consideração que alguns dos docentes de Educação Física já alcançavam, nenhum deles tinha ainda uma formação universitária e, por outro lado, leccionavam uma disciplina que era vista por apelar sobretudo à capacidade física dos alunos não contribuindo para aumentar o conhecimento apropriado à elite da

sociedade. Compreendida ainda no domínio dos saberes práticos, a Educação Física era considerada útil mas não tão importante quanto os saberes que levavam à universidade e fundamentavam o exercício do poder. Os desempenhos nas aulas não possuíam, portanto, relevância académica, sendo só significativos para a minoria dos alunos que obtinha reconhecimento atlético. Alguns, no entanto, descobriam aí que podiam abraçar uma outra modalidade que não o futebol e muitos mais aprendiam a saber apreciar outros desportos para além dessa modalidade hegemónica no Portugal de então. Daí a disciplina de Educação Física possuir um alcance pedagógico muito maior que o institucionalmente reconhecido. Sem ela a cultura desportiva do país teria sido bem mais pobre.

Referências

- BRÁS, José Gregório Viegas. Metamorfoses na formação de professores de educação física. *Boletim da S. P. E. F.*, n. 14, p. 47-54, 1996.
- BRITO, António de Paula. *Educação física infantil: teoria e prática*. Lisboa: Livraria Portugal, 1965.
- CARVALHO, Luís Miguel. *Oficina do colectivo: narrativas de um grupo de disciplina de Educação Física (1968-1986)*. Lisboa: Educa e Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2002.
- CRESPO, Jorge. A educação física em Portugal: génese da formação de professores. *Boletim da S. P. E. F.*, n. 1, p. 11-19, 1991.
- DECRETO-LEI n° 21.110, de 4 de abril de 1932. Regulamento de Educação Física dos Liceus. Disponível em: <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc_h07.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2005.
- DECRETO-LEI n° 30.729, de 23 de janeiro de 1940. Criação do Instituto Nacional de Educação Física. *Diário de Governo*, Lisboa, 23 jan.1940.
- DECRETO-LEI n° 36.508, de 17 de setembro de 1947. Estatuto do Ensino Liceal. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/16_spec1.htm>. Acesso em: 11 jan. 2005.
- EDUCAÇÃO física no ensino secundário: projecto de programa. Lisboa, [s.n.],1970.

EDUCAÇÃO física: directivas para o ensino. Lisboa: Mocidade Portuguesa, 1960.

EDUCAÇÃO física: ensino secundário: apreciação crítica ao programa e directrizes para a educação física no ensino secundário. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973.

ESTRELA, Albano. Elementos e reflexão sobre a educação física em Portugal, no período compreendido entre 1834 e 1910. *Boletim do INEF*, v.1, n. 1-2, jan./jun. 1972. Separata. 2ª série.

ESTRELA, Albano. Uma perspectiva para a compreensão da ginástica da escola de Ling: a educação física em Portugal nas primeiras décadas do século XX. *Ludens*, Lisboa, v. 2, 1973.

FEIO, Noronha. *Desporto e política*. Lisboa: Portugália Editora, 1974.

FERREIRA, António Gomes. A criança em dois tratados setecentistas de puericultura, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 21, p. 151-157, 1987.

_____. *Gerar, criar, educar: a criança no Portugal do antigo regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

FERREIRA, António Gomes; FERREIRA, José Vítor. La gymnastique à port à la fin du XIXème siècle et l'action de Paulo Lauret : la Comune Eredità dello Sport in Europa. Atti del Seminario Europeo di Storia dello Sport. Roma: Scuola dello Sport – Coni, 1997.

_____. Olhar sobre a educação física em Portugal nos finais do antigo regime. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 33, p.141-158, 1999.

GOMES, J. Ferreira. Apontamentos para a história da formação psicopedagógica dos professores do ensino secundário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 8, p. 235-272, 1974.

GOMES, Rui. Poder e saber sobre o Corpo: a educação física no Estado Novo (1936-1945). *Boletim S.P.E.F.*, n. 2-3, 1991. Série 2.

GUEDES, Graça et al. Educação física no ensino primário. *Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1966*.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Relatório das Actividades do Ano Lectivo de 1965/1966*. Lisboa, [196-].

- MIRANDA, Francisco Pinto de. *Ginástica sueca e a técnica do Dr. Weiss de Oliveira*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.
- NÓVOA, António. *Le temps des professeurs*. Lisboa: INIC, 1987.
- NÓVOA, António (Org.). *A Imprensa de educação e o ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- Ó, Jorge Ramos do. *O Lugar de Salazar: estudo e antologia*. Lisboa: Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, A. Leal d' vantagens et insuffisances des exercices segmentaires régers. In: CURSO Internacional de Educação Física. Lisboa: INEF, 1962. p.2-15.
- OLIVEIRA, A. *Considerações sobre métodos e sistemas de ginástica...* Caxias: Tipografia do Reformatório Central de Lisboa "Padre António Vieira", [19—?].
- PEREIRA, Celestino Marques. *Programas de educação física para a juventude em idade escolar (10 anos em diante)*. Lisboa: Ed. do autor, 1946.
- PEREIRA, Celestino Marques. *Presente e futuro: para a história da educação física nacional*. Lisboa: Ed. do autor, 1969.
- SILVA, Cristóvão da. Breve história da educação física em Portugal. *Labor*, v. 15, n.210, p. 449-487, 1962.
- VIANA, Luís. *A mocidade portuguesa e o licen: lá vamos contando...*(1936-1974). Lisboa: Educa, 2001.

Physical education teaching in Portugal during Estado Novo

Abstract:

The present article discusses the development of Physical Education in Portuguese schools during *Estado Novo*, a period under Oliveira Salazar's dictatorship (1932-1968). It starts with the beginning of the implementation of this discipline in the Portuguese schools by the end of the 19th century, and goes through several phases that have brought about its institutionalized character. This paper also shows the concerns of the State with the setting of Physical Education, which was influenced by the conservative power from the thirties on of the 20th century. Based on the historical development of the Physical Education, it is concluded that the beginning of the seventies represents a phase of transition from old forms of thinking and practicing Physical Education in the schools to modernized tendencies of thinking and doing this discipline, such as the psychomotricity, sports for all, and sports as instructional content.

Key words:

Physical education-Study and teaching. Physical education-History. Physical education-Portugal.

La enseñanza de la educación física en Portugal durante el Estado Nuevo

Resumen:

El trabajo presenta consideraciones sobre el desarrollo de la Educación Física en la escuela portuguesa, privilegiando su desarrollo durante la Dictadura del Estado Nuevo de Oliveira Salazar (1932-1968). Situando el movimiento gimnástico europeo en los primordios de la implantación de aquella disciplina en las escuelas portuguesas, en los finales del siglo XIX, avanza en la tentativa de comprender las diversas fases que marcaron su institucionalización. Señala las preocupaciones del Estado con el engendramiento de la Educación Física, indicando su apropiación por las fuerzas conservadoras a partir de los años 30 del siglo XX. Al objetivar el desarrollo histórico de aquella disciplina, concluye que los años iniciales de la década de 1970 representaron un momento de transición, en el cual las viejas formas de pensar y practicar la Educación Física en las escuelas sufría la influencia modernizadora de otras tendencias, en especial, la psicomotricidad, el deporte para todos y la enseñanza del deporte como contenido escolar.

Palabras-clave:

Educación física—Estudio y enseñanza. Educación física—Historia. Educación física—Portugal.

António Gomes Ferreira
Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade de Coimbra,
Rua do Colégio Novo, 3001-802 Coimbra.
E-mail:antonio@fpce.uc.pt

Recebido em: 15/04/2004

Aprovado em: 20/08/2004